



Manobra tenta adiar lei que restringe sacolas plásticas

- Prestes a entrar em vigor, a lei que restringe sacolas plásticas em supermercados pode ser adiada na Alerj. O deputado Carlos Minc denuncia manobra política. **RIO, página 14**



Alerj pode adiar início de lei contra as sacolas

Minc afirma que proposta é uma manobra política; Paulo Ramos diz que faltou mais discussão sobre o assunto

Fernando Frazão

Júlia Motta

• A lei que restringe o uso de sacolas plásticas pelos supermercados, que começaria a valer em pouco menos de três semanas, pode ter seu início adiado. Será votada amanhã, ao meio-dia, em sessão extraordinária na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), um projeto para que a norma só entre em vigor em janeiro de 2011, em vez do dia 15 de julho próximo.

A proposta é do deputado estadual Paulo Ramos (PDT), que alega a necessidade de mais discussão, mas apresentou o projeto quinta-feira à noite, sem muito alarde. Segundo o parlamentar, a política de reciclagem no estado está em implantação e, portanto, seria necessário mais tempo:

— Queremos um prazo maior para ter uma discussão. Vai continuar ou não a fabricação da sacolas plásticas? E as sacolas das outras lojas? Não serão proibidas também? Há a cultura de recolher o lixo doméstico com elas. Não será fácil mudar isso na sociedade.

Para o deputado estadual



CLIENTES COM sacolas plásticas dadas por supermercado: projeto pode adiar início da restrição para 2011

Carlos Minc (PT), ex-ministro do Meio Ambiente e autor do projeto de lei original, o impacto das sacolas plásticas na natureza é terrível. Ele diz que o plástico descartado, além de poluir, mata por asfixia pássaros, tartarugas e golfinhos, pro-

vocando ainda inundações ao obstruir rios, lagoas e canais.

— O projeto de lei ficou dois anos sendo discutido e emendado na Alerj, até que, em 2009, lançamos a campanha nacional “Saco é um saco”, que conseguiu retirar do meio am-

biente 600 milhões de sacolas, apenas entre junho e dezembro do ano passado — afirma.

Segundo o ex-ministro, no Rio são distribuídos dois bilhões de sacolas plásticas por ano. No Brasil, em 2008, esse número chegou a 18 bilhões. Com a

campanha “Saco é um saco”, caiu para 17,4 bilhões em 2009.

— Este ano, a campanha deve retirar um bilhão de sacolas do meio ambiente. Há outras iniciativas, como a do Carrefour, que inaugurou em março um supermercado em Piracicaba (SP) sem sacolas plásticas — diz.

Minc acusa Paulo Ramos de estar fazendo uma manobra política com o novo projeto:

— Só em dragagem, o governo estadual gastou R\$ 150 milhões no ano passado. Seria um grande retrocesso. A campanha educativa é o mais importante da lei. Temos que trocar o descartável pelo reutilizável.

Programa reduz em 40% número de sacolas usadas

Paulo Ramos, por sua vez, critica a iniciativa de Minc.

— A intenção da lei é nobre, mas é uma manobra de divulgação. A lei não acaba com a sacola plástica — diz.

O deputado André Lazaroni (PMDB), presidente da Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Alerj, acredita que a prorrogação é importante.

— Não adianta não conven-

cer a sociedade. O problema está na má utilização das sacolas, e precisamos colocar em pauta isso.

Paulo da Colina, diretor do Instituto Nacional do Plástico, conta que há três anos a entidade iniciou um programa de qualidade e consumo responsável. O projeto desenvolveu uma sacola mais resistente, que pesa quatro gramas e aguenta carregar até seis quilos.

— Com esse programa, redes como o Pão de Açúcar já reduziram em 40% o número de sacolas plásticas — diz Colina.

O presidente da Associação de Supermercados do Rio, Aylton Fornari, aposta no uso de sacolas plásticas biodegradáveis:

— O problema é que a lei não sugere uma alternativa para substituição da sacola plástica. Essa é a maior questão.

Já a secretária estadual de Ambiente, Marilene Ramos, afirma ser contra a prorrogação.

— Queremos estimular um consumo consciente e diminuir a circulação de sacolas plásticas. O projeto de lei aprovado ano passado só tem pontos positivos para a sociedade. ■